

Assembleia Legislativa aprova projeto que reajusta subsídios de servidores públicos



DIREITOS

Cibele Moura cobra políticas públicas para adultos autistas em Alagoas



ALAGOAS

Assembleia aprova projeto que modifica contagem de tempo para progressão na Polícia Civil



EDUCAÇÃO

Aprovado projeto que estabelece critérios para contratação de serviços de transporte escolar





Dona Lourdes é homenageada na Assembleia pela iguaria regional "Galinha à Cabidela"

De autoria do deputado Inácio Loliola (MDB), a Assembleia Legislativa realizou, nesta sexta-feira, 23, uma sessão solene para a concessão do título de Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado de Alagoas à senhora Maria de Lourdes Pereira, em reconhecimento à iguaria "Galinha à Cabidela" de Marechal Deodoro. A homenagem foi recebida, no plenário da Casa, pela Dona Lourdes, proprietária do estabelecimento onde é servido a prato tradicional, que há 42 anos é uma das maiores expressões gastronômicas da cidade, sendo destaque no programa Globo Rural, citado em livros e periódicos especializados e elogiado por personalidades como João Soares e Carlos Alberto de Nóbrega.

Discutido projeto que cria Centro de Saúde Penitenciária do Estado

Na sessão ordinária realizada nesta terça-feira, 20, os parlamentares apreciaram 21 itens na ordem do dia, entre eles o projeto de lei ordinária nº 382/2023, que dispõe sobre a criação do Centro de Saúde Penitenciária do Estado de Alagoas. De autoria do deputado Cabo Bebeto (PL), o projeto foi discutido em 2º turno.

Aprovado projeto que cria cadastros de condenados por estupro e por crimes de violência doméstica

Os parlamentares presentes na sessão ordinária desta quinta-feira, 15, apreciaram os itens da ordem do dia, entre eles o projeto de lei ordinária nº 1166/2024, que cria o cadastro de condenados por estupro e o cadastro de condenados por crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher. De autoria do deputado Alexandre Ayres (MDB), o projeto foi aprovado de forma unânime, após votação em 2º turno.

EXPEDIENTE

Vitor Cansanção
Diretor Geral
MTE 1841/AL

Jornal REDE REPORTER é uma publicação semanal
Endereço para correspondência:
REDACAO@REDE-REPORTER.COM.BR
WWW.REDE-REPORTER.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não representados, necessariamente a opinião deste jornal.



Parlamentares debatem sobre possível suspensão de atividades na Maternidade Nossa Senhora da Guia

Durante a sessão ordinária desta quarta-feira, 21, os parlamentares debateram a respeito os repasses de verbas para a Maternidade Nossa Senhora da Guia, pertencente à Santa Casa de Misericórdia de Maceió, que pretende suspender as atividades por falta de pagamento do Governo do Estado, segundo informou o deputado Delegado Leonam (União Brasil), primeiro a se posicionar sobre o assunto. De acordo com ele, a maternidade é responsável por 27% dos partos realizados em Maceió.

"Já é de praxe o Governo do Estado não honrar seus compromissos, mas, em um ponto tão essencial, cuja população mais carente necessita, é um golpe baixo",

criticou Leonam, apelando ao Executivo para que cumpra com o compromisso e não permita que a unidade de saúde suspenda suas atividades.

Na sequência, o deputado Lelo Maia (União Brasil) argumentou que o Governo do Estado possui duas maternidades próprias: a Santa Mônica e o Hospital da Mulher, e que, além disso, está contratando 27 leitos junto ao Hospital Veredas, portanto, não haverá nenhum empecilho para que as parturientes tenham acesso digno ao sistema de saúde pública.

"Por fim, quanto à questão dos pagamentos, o Estado só pode cumprir qualquer pagamento se o processo for auditado e não houver

irregularidades", explicou Maia, acrescentando que uma das razões que levaram o Estado a suspender os pagamentos, por meio do Programa de Fortalecimento da Rede Materna Infantil (Promater), teria sido a falta de esclarecimentos sobre algumas irregularidades presentes no processo. "Infelizmente, os processos do Promater, que o Estado paga como incentivo, estão permeados de irregularidades, e a Santa Casa não comparece à Sesau (Secretaria de Estado da Saúde) para dirimir as dúvidas e as irregularidades encontradas nos processos, para que haja o pagamento devido", destacou Lelo Maia.



Lelo Maia reforça necessidade de delegacias especializadas em apurar crimes contra crianças e adolescentes

O deputado Lelo Maia (União Brasil), na sessão ordinária desta terça-feira, 6, informou que segue recebendo em seu gabinete, todos os dias, cidadãos que denunciam de violência sexual e física contra suas crianças e adolescentes. "Nesta semana, recebi um apelo de um pai de Anadia, após sua filha menor de idade ter sofrido um abuso", disse o parlamentar, que ilustrou esta denúncia para falar sobre o que interpreta como falta de estrutura do Estado em cuidar das crianças e dos adolescentes.

"O pai disse que sua filha foi levada a uma delegacia que não

tinha estrutura adequada para realizar uma escuta protegida, o que permite que o abusador permaneça solto", acusou Maia, falando que o caso irá para audiência de custódia, o que não se constitui em provas obtidas de maneira correta. "Isso fará com que o Ministério Público e o Poder Judiciário não tenham como manter esse abusador preso", lamentou ele.

Indicação

Diante do tema, Lelo Maia reforçou que protocolou uma indicação ao Governo do Estado para a criação de uma patrulha específica de proteção à criança e ao adolescente, seguindo

a lei Henry Borel, pra que se tenha uma Polícia Militar preparada para estes casos, assim como existe na Patrulha Maria da Penha, em caso de violência contra as mulheres.

"Também protocolei e fiz indicação para que a Delegacia da Criança e do Adolescente funcione 24 horas, assim os delegados e policiais especializados poderão fazer escutas e constituir provas, principalmente porque nos crimes de violência sexual a palavra mais importante é a da vítima", concluiu Lelo Maia.

ALAGOAS

Assembleia Legislativa aprova projeto que reajusta subsídios de servidores públicos



A Assembleia Legislativa aprovou nesta terça-feira, 27, o [projeto de lei ordinária nº 1437/2025](#), de autoria do Poder Executivo, que trata da revisão dos subsídios e vencimentos dos servidores públicos da administração direta, das

autarquias e das fundações públicas do Estado. O texto estabelece um reajuste de 4,83% nos salários, com base nos valores pagos em abril deste ano.

De acordo com a matéria, o aumento salarial será

implantado a partir do dia 1º de maio de 2025, de forma retroativa, e também será aplicado aos proventos de aposentadorias e pensões. Estão fora deste reajuste os procuradores do Estado, os servidores integrantes da parte

provisória em extinção, posicionados nos níveis especiais I e II da carreira do magistério público estadual e ao piso salarial da enfermagem.

ALAGOAS

Parlamentares defendem PEC que torna imprescritível crimes sexuais contra menores de 12 anos



Na sessão ordinária desta quarta-feira, 7, foi discutida a importância da aprovação da PEC 21/2025 no Congresso Nacional. "Crimes de pedofilia contra crianças de até 12 anos não irão mais prescrever com a aprovação dessa PEC", disse Cibele Moura (MDB). Segundo ela, isso permitirá às vítimas que, ao se tornarem adultas, possam denunciar seus abusadores e possibilitar que a Justiça os puna, garantindo mais tempo para as vítimas diante de um crime tão bárbaro.

A deputada Cibele Moura citou o caso da advogada Bárbara Ribeiro, que foi abusada pelo pai quando criança. "Agora, adulta, quando teve coragem e entendimento do que aconteceu naquela época, ao denunciar, ouviu da Justiça que aquele estupro havia prescrito e que nada poderia ser feito contra ele", informou a deputada. Ela relacionou o caso à Lei Menina Beatriz, de sua autoria, que

proíbe que condenados por pedofilia ocupem cargos comissionados no Estado de Alagoas.

"Com a aprovação da PEC 21/2025, colocaremos os pedófilos onde eles merecem: na cadeia", concluiu Cibele Moura, que iniciou sua fala citando uma série de notícias envolvendo crimes sexuais contra crianças e adolescentes, somente nesta semana, em Alagoas.

O deputado Lelo Maia (União) concordou com a colega sobre a importância da aprovação da PEC no Congresso. "Mas precisamos também fortalecer as instituições", ressaltou o parlamentar, informando que no Brasil há 6 mil mandados de prisão abertos contra abusadores de crianças e adolescentes. "São 6 mil abusadores soltos, mesmo com mais de 4 mil já condenados", alertou ele, acrescentando que um mandado de prisão contra estupro pode levar até cinco anos para ser cumprido. "E muitas vezes a vítima tem que conviver com o abusador, pois muitos, infelizmente, são parentes", completou, reforçando a necessidade de instituições mais fortes, para que os processos sejam constituídos com mais provas. "E assim o abusador não tenha como fugir", concluiu.

Sextorsão

O deputado Lelo Maia também trouxe à pauta mais

uma forma usada por pedófilos para aliciar suas vítimas: a sextorsão. "Fui surpreendido com o pedido de socorro de uma mãe, após seu filho, que brincava em jogos online como o Free Fire, entrar em uma sala de bate-papo e ser extorquido por um criminoso, que enviou fotos da mãe, CPF e o endereço da casa deles."

"Ao extorquir essa criança, ele exigia que ela enviasse pornografia infantil. Isso aconteceu aqui e acontece todos os dias, porque o perigo agora está na palma da mão. A mãe descobriu o que estava acontecendo ao notar o filho muito nervoso, apreensivo, com mudança de comportamento, conversando baixinho ao telefone", narrou. "O nome disso é sextorsão, uma nova modalidade de pedofilia online, que já está atingindo nossas crianças", completou.

"Quando cobro o fortalecimento das instituições, principalmente da Polícia Civil e da Polícia Militar, é para que possamos combater com mais eficiência esses crimes. Ainda temos um déficit em relação à educação sexual, à prevenção e à conscientização em Alagoas", lamentou, informando que também apresentou projetos de lei para que as unidades escolares continuem educando crianças e adolescentes sobre esses temas.

DIREITOS

Cibele Moura cobra políticas públicas para adultos autistas em Alagoas



A deputada Cibele Moura (MDB) destacou, em pronunciamento durante a sessão ordinária desta quarta-feira, 28, os dados do Censo Demográfico de 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicando que cerca de 2,4 milhões de pessoas no Brasil foram diagnosticadas com autismo. Desse total, aproximadamente 33 mil alagoanos são portadores do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Diante disso, a parlamentar comunicou ao plenário que encaminhou

requerimento à Secretaria da Pessoa com Deficiência do Estado de Alagoas, solicitando informações sobre quais ações estão sendo realizadas pelo Governo de Alagoas para cuidar dos adultos autistas no Estado.

"Quando a gente fala de autistas, o foco é sempre na infância dessas pessoas, o que é bastante legítimo, mas o questionamento que causa uma preocupação muito grande aos pais dessas crianças é: o que vai acontecer com meu filho quando eu não estiver mais aqui?", observou Cibele Moura,

ressaltando o nível de dependência que essas crianças têm de seus cuidadores e responsáveis. "Imaginem, senhores, uma criança com nível de suporte 3, em que os cuidadores precisam auxiliar intensamente com terapias, escola e outras atividades na infância, porque essas pessoas existem, são reais", argumentou a parlamentar, demonstrando empatia com o futuro dos portadores de TEA na vida adulta.

"Essa criança se torna adolescente, depois adulto, e, pela lei natural da vida, os pais vão antes dos filhos. E

esse adulto fica a cargo de quem? Quem ajudará essa pessoa? Quem dará o suporte necessário para que ela possa continuar seus tratamentos?", questionou Cibele Moura, justificando o pleito encaminhado à Secretaria da Pessoa com Deficiência. "Hoje, esses adultos são esquecidos, abandonados e invalidados. Então, é muito importante que esta Casa saiba quais ações estão sendo tomadas para garantir a vida digna dessas pessoas", completou.

DIREITOS

Cibele Moura defende Código de Defesa do Autista e denuncia despreparo nas escolas



Durante a sessão desta quinta-feira, 10, a deputada Cibele Moura (MDB) citou o caso de um estudante autista que foi agredido em uma escola na cidade de Arapiraca para demonstrar que as escolas públicas não estão preparadas para cuidar dessas crianças. "Estou trazendo esse tema aqui porque isso acontece todos os dias em Alagoas. Será que essas professoras realmente são pessoas ruins ou são apenas pessoas que não tiveram treinamento adequado para saber como agir com uma criança?", questionou.

Na ocasião, a parlamentar também solicitou à Casa que aprove um projeto de lei de sua autoria, que cria o Código de Defesa do Autista Alagoano. A proposta garante capacitação para os profissionais da saúde e

da educação, buscando sempre profissionais qualificados para cuidar dos autistas.

A deputada afirmou ainda que, se essas pessoas que cuidam de autistas tivessem, do Estado, de maneira geral, todo um treinamento adequado dentro das universidades onde se formaram, talvez não precisaríamos conviver com esses absurdos.

Em aparte, o deputado Cabo Bebeto (PL) destacou que o Governo não sabe quantas crianças autistas há no estado e sugeriu que seja realizado um censo, a fim de descobrir quantas crianças autistas existem em Alagoas. "Não tem como planejar ações sem esses números. Outro problema é que os monitores estagiários recebem R\$ 1.200 por mês. É um trabalho estressante, cansativo, delicadíssimo, e a gente não consegue mão de obra qualificada com esse salário. A pessoa, às vezes, trabalha um, dois, três meses, cria confiança com o aluno, mas não aguenta, porque realmente é um trabalho difícil, e acaba saindo do emprego. Enquanto isso, o Estado continua empurrando o problema com a barriga", afirmou.

Por outro lado, o deputado Alexandre Ayres (MDB) relatou sua experiência como ex-

secretário de Saúde para responder e contextualizar algumas das posições do colega Cabo Bebeto. "Concordo com o deputado quando ele afirma que os profissionais auxiliares, os PAES, estão sendo mal remunerados, mas o pagamento deles é uma atribuição da Prefeitura Municipal, não do Governo do Estado", informou ele.

Ayres falou ainda sobre os discursos realizados pelo vereador Rui Palmeira na Câmara Municipal de Maceió, denunciando a Prefeitura da capital pela portaria que determina a aplicação de apenas um monitor para cada seis crianças. "Isso é um retrocesso, uma desumanidade com as crianças autistas de Maceió", criticou Ayres. Ele também concordou com Cibele Moura quanto ao fato de essa não ser uma pauta política. "Nós precisamos unir esforços, mas precisamos ser justos. O Governo do Estado tem trabalhado para que possamos oferecer uma condição melhor. Existem projetos, assim como existem na Prefeitura de Maceió, para que sejam entregues ainda este ano algumas unidades na capital voltadas ao tratamento de crianças autistas", concluiu ele em sua fala, defendendo também o aumento do número de fonoaudiólogos formados.

ALAGOAS

Assembleia aprova projeto que modifica contagem de tempo para progressão na Polícia Civil

A Assembleia Legislativa aprovou, nesta quarta-feira, 28, em segunda e última votação, o [projeto de lei ordinária nº 736/2024](#), de autoria do deputado Delegado Leonam (União Brasil), determinando que o tempo de serviço prestado por policiais militares, bombeiros militares, agentes penitenciários, policiais penais e agentes de segurança pública envolvidos em atividades

de natureza especial e ressocialização seja contado para efeito de progressão horizontal de classe na Polícia Civil. A iniciativa também visa garantir estabilidade e previsibilidade às progressões, evitando distorções e incentivando os policiais civis a investirem em capacitação e desenvolvimento profissional.

Em sua justificativa, o deputado Delegado Leonam

afirmou que a proposta busca assegurar uma estruturação adequada da carreira dos profissionais da segurança pública, promovendo uma atuação mais eficiente e motivada. Ele destacou que a progressão horizontal é fundamental para o desenvolvimento profissional, permitindo aos servidores alcançar novos patamares por meio do cumprimento de critérios

claros, assegurando valorização e meritocracia. "O projeto cria um marco temporal para avaliar o desempenho e a qualificação dos servidores, estimulando o aprimoramento contínuo das competências e garantindo que a ascensão na carreira ocorra de forma justa e equitativa", afirmou Leonam.

ALAGOAS

Deputados criticam uso da PM contra protesto da Polícia Civil

Na sessão ordinária desta terça-feira, 20, os deputados Cabo Bebeto (PL) e Delegado Leonam (União Brasil) criticaram o Governo do Estado pelo uso da Polícia Militar para reprimir um protesto pacífico de policiais civis. "Falo aqui em nome de milhares de policiais civis de Alagoas, homens e mulheres que sangram, esperam, confiam, mas não são ouvidos", destacou Cabo Bebeto, afirmando que a categoria espera, desde 2019, pelo direito a compensação financeira pela geração da caga horária de trinta para quarenta horas - que já é reconhecido pelo STF.

"Na semana passada, após quatro meses de tentativa de reunião via ofício, e-mail ou ligação para assessoria, a categoria decide fazer uma manifestação na porta da Procuradoria-Geral do Estado. E mesmo assim são recusados em reunião pela procuradora. Pela primeira vez, vejo policiais militares serem enviados para uma manifestação de policiais civis. Eu entrei na Polícia Militar em 2002, eu já fiz várias manifestações e nunca fui enviado, por nenhum Governo, para reprimir ou para acabar manifestação pacífica de nenhuma categoria. O que será que o Governo do Estado está esperando? Ordem judicial deve ser cumprida", lamentou Cabo Bebeto sobre o assunto.

"Na quinta-feira, mandaram para a manifestação 40 policiais militares. Naquele mesmo dia, houve uma chacina em Estrela de Alagoas. Cinco pessoas foram assassinadas. O efetivo daquela cidade é de apenas três policiais. Os 40

policiais militares que estavam na Procuradoria são um número maior do que o efetivo de Marechal Deodoro ou Cajueiro", afirmou Cabo Bebeto.

Na mesma linha de raciocínio, o deputado Delegado Leonam considerou a situação como injusta. "O limite esgotou com a presença da Polícia Militar na manifestação da Polícia Civil, como forma de intimidação", disse o parlamentar, acrescentando que 8 policiais civis passaram por um processo administrativo e tiveram suas armas recolhidas. "Eu queria que o governador Paulo Dantas enviasse as tropas da Polícia Militar, com tamanha rapidez que enviou à porta da Procuradoria-Geral do Estado, para combater a criminalidade do Estado de Alagoas. Fica aqui, mais uma vez, a minha indignação. Faço aqui o pleito para que o governador reveja essa postura", concluiu Delegado Leonam.

EDUCAÇÃO

Aprovado projeto que estabelece critérios para contratação de serviços de transporte escolar



Os parlamentares presentes na sessão ordinária desta terça-feira, 27, apreciaram 20 itens na ordem do dia, entre eles o [projeto de lei ordinária nº 1406/2025](#), que dispõe sobre critérios para contratação de serviços de transporte escolar. De autoria do deputado Fernando Pereira (Progressistas), o projeto foi aprovado em 2º turno.

Em sua justificativa, o deputado afirma que "o transporte escolar é serviço essencial para garantir o acesso

à educação, direito social fundamental previsto no art. 6º da Constituição Federal. Em Alagoas, a gestão deste serviço está atualmente regulamentada pela Portaria Seduc nº 266/2024, que estabelece o modelo da Gestão Integrada do Transporte Escolar (Geite), baseado no repasse de recursos do Estado aos municípios para execução do transporte escolar".

A proposição apresentada por Pereira visa aperfeiçoar este modelo ao estabelecer duas

importantes restrições territoriais:

- Vedação à contratação de empresas sediadas em municípios diferentes daqueles onde serão prestados os serviços, salvo exceções comprovadas;
- Vedação à delegação da gestão do transporte escolar de um município a municípios limítrofes, mesmo em casos de não adesão ou desempenho insatisfatório na operacionalização do serviço.

"O projeto de lei representará um avanço significativo na organização do transporte escolar em Alagoas, garantindo não apenas eficiência na prestação do serviço, mas também contribuindo para o desenvolvimento econômico equilibrado dos municípios alagoanos", finaliza o deputado, sobre seu projeto que agora será enviado ao Poder Executivo para eventual sanção.

EDUCAÇÃO

Cibele Moura defende que universidades estaduais realizem vestibulares próprios



A deputada Cibele Moura (MDB) anunciou durante a sessão ordinária desta terça-feira, 29, que pretende propor a realização de vestibulares específicos para a Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal) e para a Universidade Estadual de Alagoas (Uneal). Ela informou que irá solicitar a realização de uma

audiência pública para debater o tema. Defensora da regionalização da formação de profissionais alagoanos, a parlamentar destacou uma conquista recente no plenário da Casa: a aprovação de um bônus de 10% na nota para estudantes que desejam ingressar nas instituições de ensino superior estaduais.

"O aluno quando quer ingressar nessas faculdades, principalmente na Uncisal, tem que fazer a prova do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), submete a nota ao Sisu (Sistema de Seleção Unificada) e o Sisu faz esse acréscimo de 10% em sua nota", disse Cibele Moura, acrescentando que é necessário trazer ao

plenário da Casa a discussão em torno da criação de um vestibular próprio para as instituições de ensino público superior de Alagoas. "Nós precisamos tratar com urgência de um vestibular próprio que atenda as questões locais e coloque como tema dessa prova assuntos concernentes à história de Alagoas", observou. "Afinal, o dinheiro que paga a Uncisal e a Uneal é do tesouro estadual", destacou a parlamentar, citando como exemplo a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Estadual do Ceará (UECE), que já adotam a realização de vestibulares próprios.

HOMENAGEM

Assembleia celebra o empreendedorismo feminino com palestra e entrega de comendas



De autoria da deputada Rose Davino (PP), a Assembleia Legislativa realizou, nesta segunda-feira, 26, uma sessão especial com palestra sobre Empreendedorismo Feminino, ministrada por Juliana Almeida, diretora de Administração e Finanças do Sebrae Alagoas. Em seguida, ocorreu uma sessão solene para a entrega da comenda Vera Arruda às empreendedoras Arquimércia Cedrim Azevedo de Diego, estilista e diretora criativa da marca Arqui, e Marina Ferrari, empresária e influenciadora digital, criadora de sua própria linha de maquiagem e biquínis. As sessões contaram com a presença da deputada Cibele Moura (MDB), da representante do Grupo de Mulheres Empreendedoras Periféricas, Juliana Conceição, da representante do Instituto Autismo em Movimento, Ana Franças, além de dezenas de mulheres empreendedoras do Estado de Alagoas.

A deputada Rose Davino destacou sentir-se muito honrada em presidir as duas sessões, considerando-as uma oportunidade singular de contribuir para a valorização, o reconhecimento e a deferência às mulheres alagoanas que, cada vez mais, assumem o protagonismo por meio do empreendedorismo. "Precisamos unir forças para que as iniciativas e o desejo de empreender encontrem os incentivos necessários dentro de programas de desenvolvimento que resultem em políticas públicas acessíveis,

eficientes e sustentáveis. Quando falamos de empreendedorismo feminino, estamos destacando inúmeras ações que formam uma poderosa ferramenta de transformação, promovendo a autonomia financeira, a independência e uma mudança cultural que elimina percepções arcaicas e preconceituosas que ainda persistem ao se reconhecer a capacidade das mulheres de liderar negócios, empresas e estruturas de poder", afirmou.

Sessão especial

Durante a palestra, Juliana Almeida ressaltou a importância da união entre as mulheres para fortalecer sua presença nos espaços de decisão e afirmou que o empreendedorismo feminino se sustenta em três grandes pilares: geração de renda, que promove a autonomia financeira; redução da desigualdade de gênero no mercado; e impacto social, que impulsiona o desenvolvimento da economia local.

Na ocasião, apresentou dados de 2024 referentes a Alagoas, revelando a existência de 96.787 empresas lideradas por mulheres - número que representa um crescimento de 15,9% em relação ao ano anterior. Juliana explicou que o perfil das empreendedoras no Estado é marcado por forte presença nos setores de comércio e serviços, destacando-se como MEIs, sócias ou administradoras, e com nível de escolaridade superior ao dos homens.

"Espero que esses dados sirvam de base para futuros debates na Assembleia Legislativa e inspirem cada vez

mais mulheres a empreender. Alagoas vem apresentando crescimento nesse cenário, e o papel do Sebrae, que eu represento, é justamente esse: acolher e ajudar a gerir negócios. O importante é que as mulheres não desistam, pois, por trás de cada empreendimento, existe um sonho - e quem não sonha, não vive. Espero que esses sonhos se fortaleçam cada vez mais", concluiu.

Sessão solene

Durante a sessão solene, a deputada Rose Davino destacou que Arquimércia Cedrim é um exemplo de empreendedora de sucesso, com uma visão criativa que vai além da moda. Ela promove um trabalho a partir do linho, tecido nobre que combina com inspirações na cultura, natureza e bem-estar, criando uma harmonia de equilíbrio e beleza.

Sobre Marina Ferrari, a parlamentar afirmou que ela é referência em cabelo e maquiagem, tendo iniciado sua trajetória ainda na infância, produzindo conteúdo digital. Segundo Rose, atualmente, Marina se dedica a promover um estilo de vida saudável, compartilhando tutoriais e conteúdos com o objetivo de incentivar as mulheres a buscarem sempre sua melhor versão.

Arquimércia Cedrim afirmou sentir-se muito feliz e lisonjeada com o reconhecimento. "É com imenso prazer que recebo esta comenda da deputada Rose Davino. Quando comecei, era apenas uma menina que já

rabiscava ideias sobre moda. Sempre fui sonhadora, acreditando na arte e em tudo o que fazia. Para aprimorar meu conhecimento, cursei uma universidade e, depois, um mestrado em gestão. Aquela criança sonhadora voltou a renascer em mim. Em cada coleção, imprimo tudo o que me transforma e também transforma quem adquire minha marca. Hoje, me inspiro em grupos de mulheres que me fazem crescer a cada dia e influenciar outras mulheres e meninas", destacou.

Marina Ferrari também agradeceu aos deputados e, em especial, à deputada Rose Davino pela honraria. "Estar aqui hoje é a realização de muitos anos de dedicação, disciplina e foco. Tenho como lema: 'seja sua melhor versão'. Acordar todos os dias tentando ser um pouco melhor - lendo para adquirir conhecimento, treinando para manter a saúde, valorizando momentos com a família - é o que gera paz e conforto, em vez de perder tempo com coisas banais que não agregam. Sempre fui muito dedicada, pois sempre soube que, após o esforço, vem a recompensa. Desde a adolescência, tento ser a minha melhor versão, estudando, acordando cedo e dormindo tarde. Confesso que não é fácil suportar críticas de quem não entende nosso propósito. Mas o que me recompensa é saber que inspiro outras pessoas. Amo quando recebo mensagens de alguém dizendo que a influenciei para o bem. Isso é o que me motiva", afirmou.

HOMENAGEM

Secretária de Turismo e presidente do Instituto Dr. Adamastor são homenageadas



A Assembleia Legislativa realizou, na tarde desta segunda-feira, 26, uma sessão solene para outorga de duas homenagens, para duas mulheres alagoanas, ambas propostas pela deputada Cibele Moura (MDB). A comenda de mérito Lily Lages foi concedida à secretária de Estado do Turismo, Bárbara Faustino Braga Gatto, enquanto que a medalha de mérito Guerreiras e Guerreiros Alagoanos foi entregue à senhora Eurides Pereira Souto Accioly.

"São duas personalidades muito importantes. Uma trabalha dentro do serviço público, que é a secretária Bárbara, impulsionando o turismo de Alagoas, e outra trabalha muito fortemente dentro do terceiro setor, com o Instituto Doutor Adamastor, na Barra de Santo Antônio, ajudando pessoas, cuidando da cultura daquela cidade", afirmou a parlamentar. "A Assembleia, por ser a Casa do Povo, além de discutir e trazer as demandas das pessoas, também é local

para que a gente possa homenagear quem nos inspira e quem são as pessoas que a Alagoas tem de ter orgulho", completou Cibele Moura.

Comenda Lily Lages

Primeira a ser homenageada, com a comenda de mérito Deputada Lily Lages, Bárbara Braga disse que este foi um motivo de muita honra, não só para ela, mas para todas as mulheres do Estado de Alagoas. "Sinto-me representando cada uma dessas mulheres, que têm jornadas duplas, trabalhando como donas de casa, como colaboradoras, como esposas, como mães... sem dúvida alguma, nunca passou pelos meus sonhos de ser homenageada aqui na Assembleia", indicou ela, grata a todos os presentes em sua homenagem.

Bárbara Braga, que apresentou os recordes históricos atingidos em sua gestão, foi homenageada por seu trabalho à frente da Secretaria de Estado do Turismo. Segundo a

deputada, Bárbara tem contribuído de forma decisiva para a promoção e o fortalecimento do turismo, um dos principais pilares econômicos do Estado. "Ao assumir a pasta em janeiro de 2023, Bárbara trouxe uma ampla experiência em gestão pública, tendo atuado anteriormente como chefe de gabinete na área e como assessora especial do governador Paulo Dantas", afirmou a parlamentar.

A seguinte a ser agraciada, a advogada Eurides Accioly também falou em ter orgulho muito grande com a homenagem, pela qual disse se sentir grata. "É sempre gratificante ter reconhecido seu trabalho em prol da comunidade, em prol do povo dessa terra, alagoano, alagoana", disse ela, que também agradeceu à deputada. "Esse trabalho, essa luta já venho fazendo desde os meus 14 anos de idade e continuo executando esse trabalho para a comunidade, para as pessoas mais carentes, para as pessoas

necessitadas. Hoje é um coroamento, um reconhecimento desses anos todos", destacou.

Segundo Cibele Moura, Eurides Accioly teve reconhecida sua dedicação à sociedade alagoana por seu essencial compromisso com a justiça social e com a defesa de causas relevantes que impactam diretamente a vida dos cidadãos, especialmente na Barra de Santo Antônio. Advogada de formação, Eurides é condecorada por sua atuação firme na luta pelos direitos da comunidade local.

Completaram a mesa de honra o presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, desembargador Fábio Bittencourt; o corregedor geral da Justiça do Estado de Alagoas, desembargador Celyrio Adamastor; o presidente da ABAV-AL, Samuel Silva; o ex-deputado estadual Gervásio Raimundo; e o presidente da ABIH-AL, Gabriel Cedrim.

REDE REPÓRTER TÁ NA MÃO!

**PRINCIPAIS NOTÍCIAS
SOBRE POLÍTICA,
SAÚDE, FUTEBOL,
VARIEDADES.**



**DÁ UM
CLICK!**



www.redereporter.com.br